

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Direcção-Geral da Política de Justiça

**Despacho (extracto) n.º 19211/2008**

Por meu despacho, de 8 de Julho de 2008:

Licenciada Maria Adriana Alves Martins Barreiros — nomeada, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, para desempenhar as funções de Consultora nas áreas de planeamento e política legislativa da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2008.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Julho de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

**Despacho (extracto) n.º 19212/2008**

Por despacho da Directora-Geral de 09 de Junho de 2008, foi Maria José Garcia Reis, guarda prisional, escalão 1 índice 150, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, nomeada em comissão de serviço extraordinária, nos termos dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na carreira de especialista de informática, categoria de estagiário, escalão 1, índice 400, do mesmo quadro de pessoal, pelo período de 6 meses, a partir de 01 de Julho de 2008.

Foi dado cumprimento ao artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com encerramento do respectivo procedimento, em virtude da não existência de candidaturas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

**Despacho (extracto) n.º 19213/2008**

Por despacho de 2008-06-06 do Ex.º Sr. Director Nacional:

Amândio Novais Duarte, Inspector de escalão 7, Luís António Santos Gonçalves, Inspector de escalão 7, António Joaquim Sobral Barbosa, Inspector de escalão 9, Manuel Cota Teixeira Soares, Inspector de escalão 8, e Cristina Maria Pinto Correia, Inspectora de escalão 7 — nomeados em comissão de serviço Inspectores-Chefes de escalão 1, com efeitos de antiguidade reportados a 05-09-2001 e remuneratórios reportados a 01-10-2001; nomeados definitivamente Inspectores Chefes de escalão 1, com efeitos a 05-09-2002 e progridem para Inspectores-Chefes de escalão 2, com efeitos remuneratórios reportados a 01-10-2004 e de antiguidade reportados a 03-09-2004.

Eduardo António Cardoso Nunes, Coordenador de Investigação Criminal de escalão 1 — nomeado em comissão de serviço Inspector-Chefe de escalão 1, com efeitos de antiguidade reportados a 05-09-2001 e remuneratórios reportados a 01-10-2001; nomeado definitivamente Inspector-Chefe de escalão 1, com efeitos a 05-09-2002 e progride para Inspector-Chefe de escalão 2, com efeitos remuneratórios reportados a 01-10-2004 e de antiguidade reportados a 03-09-2004, situação até 31-01-2008, por nessa data ter sido nomeado Coordenador de Investigação Criminal.

Jorge Humberto Antunes dos Santos, Miguel Ricardo Pereira Guedes de Carvalho e Pedro Manuel Coutinho da Silva, Inspectores-Chefes de Escalão 1 — nomeados em comissão de serviço Inspectores-Chefes de escalão 1, com efeitos de antiguidade reportados a 05-09-2001 e remuneratórios reportados a 01-10-2001; nomeados definitivamente Inspectores Chefes de escalão 1, com efeitos a 05-09-2002 e progridem para Inspectores-Chefes de escalão 2, com efeitos remuneratórios reportados a 01-10-2004 e de antiguidade reportados a 03-09-2004.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

**Despacho n.º 19214/2008**

Por despachos do Subinspector-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território de 2007/06/18 e do Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa de 2007/06/30, foi autorizada a prorrogação da requisição, por mais um ano, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, da Assistente Administrativa Andreia João Gago da Silva Morais, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

9 de Julho de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo*.**Despacho n.º 19215/2008**

Por despacho do Inspector-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território de 10 de Julho de 2008:

Ana Cristina Jorge Branco, Inspector Principal do quadro de pessoal da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, nomeada, precedendo concurso, Inspectora Superior do mesmo quadro de pessoal, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho e n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos à data do despacho.

Esta nomeação tem cabimento orçamental confirmado por parte da 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento (Declaração n.º 27/2008, de 04 de Julho de 2008).

11 de Julho de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo*.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

**Despacho n.º 19216/2008**

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção dos titulares do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, de dois lugares de director-adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Sul, cujas competências se encontram definidas no artigo 5.º e Quadro anexo dos Estatutos do ICNB, I. P., aprovados pela Portaria n.º 530/2007 de 30 de Abril, que aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos:

- o licenciado Luís Eduardo Mendes Ferreira
- o mestre Pedro Nuno Azenha Rocha

Os nomeados têm o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Sul, sendo dotados da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, em virtude de serem detentores de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito geográfico do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Sul, de deter significativa experiência de trabalho em equipas pluridisciplinares e de coordenação de equipas, nomeadamente na área do lugar a prover, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 Março de 2008. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

**Despacho n.º 19217/2008**

Por despacho de 2 de Junho de 2008 do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 19.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 38.º, foi autorizado o pedido de passagem à situação de